

ADESÃO AO PRÉ-NATAL POR GESTANTES ENTRE 2018 E 2022 EM ALAGOAS

XV Congresso Sergipano de Ginecologia e Obstetrícia, 1ª edição, de 12/09/2024 a 14/09/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-122-6

FEIJÓ; Emilly Stéphanie Pereira¹, GOMES; Aryane Vitória Emídio², SANTOS; Dayane da Silva³, CARVALHO; Lethicia de Oliveira⁴, OLIVEIRA; Igor Duarte de⁵, BRANDÃO; Pedro Afonso de Vasconcelos⁶

RESUMO

Introdução: A realização do pré-natal é fundamental para prevenir e detectar precocemente patologias maternas e fetais, além de reduzir possíveis complicações durante o parto e a morbimortalidade materno-infantil. A análise dos indicadores de sua adesão são cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes voltadas para o cuidado da gestante e seu conceito.

Objetivo: Analisar a adesão ao acompanhamento pré-natal por gestantes em Alagoas entre 2018 e 2022.

Metodologia: Utilizaram-se os dados do Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos da plataforma DataSUS. Os dados foram analisados através do programa Microsoft Office Excel 2020 e as variáveis investigadas foram número de consultas pré-natal, mês de gestação em que foi iniciado, raça/cor, grupo etário e situação conjugal da mãe. Não houve necessidade da aprovação do comitê de ética, visto que se trata de uma pesquisa com dados secundários.

Resultados/Discussão: Entre 2018 e 2022 foram registrados 245.190 nascidos vivos em Alagoas. No que concerne ao número de consultas de pré-natal, 67,7% (n=165.970) tiveram 7 ou mais consultas, 24,5% (n= 60.087) 4 a 6 consultas e 7,27% (n=17.828) nenhuma ou até 3 consultas. Esses dados apontam que, apesar da maior parte das gestantes terem realizado mais de 6 consultas, quantidade mínima preconizada pelo Ministério da Saúde, houve uma quantidade considerável de nascidos na faixa limítrofe e/ou abaixo da recomendada para o pré-natal, o que sugere falhas na plena adesão à assistência. Além disso, foi observado uma queda 2,9% no número de consultas entre 2019 e 2020, fato relacionado a pandemia do covid-19 e ao seu impacto no acesso do serviço e assistência às gestantes. Em relação à raça/cor da gestante no período total analisado, foi constatado que entre as mulheres que realizaram 7 ou mais consultas 86,8% corresponderam a mulheres pardas, 7,9% por brancas e 1,1% por pretas, o que está diretamente proporcional à totalidade de gestantes dos grupos mencionados. No entanto, quando analisado o mês de gestação em que o pré-natal foi iniciado, houve uma prevalência de início até o 1º trimestre de 85,5% entre brancas em detrimento de 77,5% entre as pretas, o que denota o início tardio do pré-natal entre esse grupo e ratifica a persistência da vulnerabilidade e dificuldade de acesso à saúde por essa população. No tocante a idade da gestante, a realização de 1 a 6 consultas por mulheres de 0 a 14 anos no período mencionado correspondeu a 40,6% e de 15 a 19 anos, 29,5%. Esses dados indicam que, apesar da gravidez na adolescência possuir uma classificação de risco gestacional maior e, por isso, requerer uma assistência ainda mais frequente, o número de adolescentes grávidas que recebem suporte aquém do ideal ainda é expressivo, principalmente em faixa etárias materna menores. Paralelamente, correlacionando a idade à situação conjugal da gestante, foi visto que 72,3% das mulheres entre 0 e 14 anos e 54,8% entre 15 e 19 anos eram solteiras, enquanto dentre as mulheres com 30 a 34 anos, 23,9% mantinham união estável e 45,2% eram casadas. Também foi constatado nessa faixa etária mais tardia que 5,2% das gestantes realizaram nenhuma ou até 3 consultas, enquanto 74,16% realizaram 7 ou mais. Isso sugere que mulheres que possuem uma relação conjugal mais bem estabelecida possuem uma maior adesão à assistência, fato que pode estar diretamente relacionado a uma rede de apoio mais sólida e prestativa.

Conclusão: A análise dos dados revela que diversos fatores impactam negativamente e de maneira sinérgica na adesão ao pré-

¹ Universidade Federal de Alagoas, emilly.feijo@arapiraca.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas, aryane.gomes@arapiraca.ufal.br

³ Universidade Federal de Alagoas, dayane.silva@arapiraca.ufal.br

⁴ Universidade Federal de Alagoas, lethicia.carvalho@arapiraca.ufal.br

⁵ Universidade Federal de Alagoas, igor.duarte@arapiraca.ufal.br

⁶ Universidade Federal de Alagoas, pedro.brandao@arapiraca.ufal.br

natal por gestantes, com destaque para questões raciais, etárias e conjugais. Consoante a isso, condições sanitárias podem interferir no acesso e utilização dos serviços de saúde, como ocorreu durante a pandemia pelo covid-19. Nesse sentido, é indispesável a adoção de medidas públicas que atenuem as disparidades entre os referidos indicadores, de modo a promover uma efetiva cobertura de assistência ao pré-natal e, assim, prevenir e reduzir as complicações decorrentes das iniquidades do cuidado materno-fetal.

PALAVRAS-CHAVE: Adesão, Alagoas, Assistência, Gestante, Pré-natal

¹ Universidade Federal de Alagoas, emilly.feijo@arapiraca.ufal.br
² Universidade Federal de Alagoas, aryane.gomes@arapiraca.ufal.br
³ Universidade Federal de Alagoas, dayane.silva@arapiraca.ufal.br
⁴ Universidade Federal de Alagoas, lethicia.carvalho@arapiraca.ufal.br
⁵ Universidade Federal de Alagoas, igor.duarte@arapiraca.ufal.br
⁶ Universidade Federal de Alagoas, pedro.brandao@arapiraca.ufal.br